



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da
República de Moçambique, sobre a Prorrogação do Estado de Emergência, pela
3ª Vez, no âmbito da Pandemia do Corona Vírus - COVID-19**

Maputo, 28 de Junho de 2020

Moçambicanas e Moçambicanos,

Compatriotas,

No passado dia 28 de Maio, anunciámos a prorrogação, pela segunda vez, do Estado de Emergência que vigora no nosso país, desde o dia 1 de Abril de 2020, com início às zero horas do dia 31 de Maio e término às 23 horas e 59 minutos do dia 29 de Junho.

Explicámos, na altura, que iríamos reflectir sobre a possibilidade de aliviar algumas medidas restritivas em alguns sectores da nossa economia e de toda a nossa sociedade.

Na ocasião, falámos da necessidade de se aprender a conviver com o novo coronavírus e garantir o equilíbrio entre o controlo da doença e o normal funcionamento da nossa economia e sociedade. Dissemos que deveríamos, em conjunto, pensar no que irá ser para todos nós essa *nova normalidade*. Sublinhámos, ainda, que tudo dependia de nós. Dependia da nossa observância das medidas de prevenção, dependia da mudança do estilo de vida e, sobretudo, da nossa disciplina individual e colectiva.

Moçambicanas e Moçambicanos,

A COVID 19 é uma doença com contornos ainda pouco conhecidos e com um comportamento que é difícil de prever. Nenhum país pode assegurar que tem a epidemia sob controle. Nenhum país pode garantir que as medidas tomadas hoje não terão amanhã de ser revistas. Estamos todos a aprender, estamos todos a ensaiar soluções, estamos todos trilhando a mesma incerteza.

No nosso caso, o percurso que realizamos foi, desde o primeiro momento, pautado pelo desejo de sermos guiados pela ciência e pela humildade de corrigirmos o que necessitava de ser ajustado.

Mesmo antes do início do registo do primeiro caso, nós já tínhamos decidido constituir uma Comissão Técnica e Científica para prestar assessoria ao Governo. Estamos abertos às sugestões de todas as instituições do saber, estamos disponíveis a escutar as vozes e os conselhos de todos os que fazem parte desta batalha colectiva.

Olhando para trás, podemos dizer que estamos orgulhosos por tudo o que fizemos até aqui. Em grande parte, foi graças a essa capacidade de prevenir que a doença se manifestou em Moçambique com uma gravidade bem menor daquela que atingiu outras geografias do planeta.

Podemos dizer que, no nosso caso, medidas essenciais de prevenção foram tomadas no tempo certo. Nesta batalha, ninguém tentou fazer sozinho, ninguém tentou tomar vantagem pessoal ou partidária. Tudo o que foi feito, foi feito por todos. Foi feito para todos.

E foi por causa do que fizemos que, nestes primeiros meses, os padrões de transmissão da doença se mantiveram baixos. Foi graças à nossa intervenção atempada e colectiva que os casos de infecção se mantiveram até agora bastante moderados em número e em gravidade. Foi por causa do que fizemos que registamos um reduzido número de internamentos e um número ainda menor de perda de vidas humanas.

Esse esforço realizado foi do povo, foi do Governo, foi de toda a Nação. Vale a pena passar em revista algumas das acções realizadas. Enunciarei apenas algumas das acções que empreendemos nestes últimos quatro meses. Eis o que fizemos:

- a) Melhoramos a vigilância activa e o rastreio de casos positivos, importados e locais, bem como os seus contactos. É fruto deste trabalho, por exemplo, que podemos hoje declarar como controlado o surto de COVID-19 no acampamento de Afungi, Distrito de Palma, na Província de Cabo Delgado;
- b) Fomos capazes de preparar 37 unidades sanitárias para dar resposta a um eventual agravamento da pandemia. Essas unidades incluem 4 hospitais centrais, 6 hospitais provinciais, 6 hospitais gerais e distritais e 21 centros de saúde;

- c) Estamos a concluir a instalação de equipamento de testagem laboratorial da COVID-19 em Cabo Delgado;
- d) Estamos a criar capacidades de testagem laboratorial para as províncias de Sofala, Zambézia, Nampula e Tete;
- e) Intensificámos a vigilância activa para acelerar a identificação precoce e mapeamento de novos locais e fortalecemos as equipas locais de Vigilância Epidemiológica com a colocação imediata de quadros especializados e competentes;
- f) Intensificámos as acções de higiene e saneamento do meio (com especial atenção nos mercados);
- g) Levamos a cabo campanhas massivas de promoção do uso de máscaras ou viseiras;
- h) Promovemos a adopção de novos hábitos de distanciamento físico e social, bem como a prática das medidas de higienização das mãos;
- i) Incrementámos a capacidade de cumprir e fazer cumprir as medidas por parte das autoridades competentes;
- j) Aprovámos a introdução do subsídio para os profissionais de saúde que se encontram na primeira linha de combate à COVID-19;
- k) Realizamos um Inquérito sero-epidemiológico na Cidade de Nampula, cobrindo os profissionais de saúde, transportadores públicos e privados, incluindo taxistas e moto-táxis; vendedores de mercados formais e informais; agentes da lei e ordem e agregados familiares seleccionados em todos os bairros da Cidade de Nampula.

Tudo isto fizemos e tudo isto resultou naquilo que pretendíamos, que era atrasar o pico da epidemia, reduzir a pressão sobre os nossos serviços hospitalares e permitir que se avance na descoberta de vacinas e medicamentos.

É preciso dizer, no entanto, que esse esforço, apesar de imenso, não foi suficiente. A partir de Abril, começou a verificar-se uma tendência crescente de desleixo e de desrespeito pelas medidas adoptadas.

Infelizmente, há ainda os que persistem em se fazer à rua, em particular, as crianças, sem motivo justificado e plausível. A contenção da mobilidade é uma condição essencial para vencer esta doença. E esse cuidado está ainda longe de ser cumprido.

Constatamos que há compatriotas nossos que continuam a realizar festas e convívios com números elevados de pessoas. Há os que desinformam e deturpam a informação; e há ainda os que pensam que a COVID-19 é apenas um fenómeno urbano. Há, enfim, os que pensam que a doença atinge apenas os outros.

Constatamos, ainda, que há ainda muito a fazer no que respeita ao distanciamento físico nos mercados, nas paragens, nos transportes públicos e em cerimónias fúnebres.

O uso das máscaras e das viseiras foi, desde muito cedo, um motivo de orgulho para Moçambique. As pessoas não ficaram à espera: o fabrico caseiro fez com que se tornassem disponíveis máscaras de todas as cores e feitios; o uso das máscaras generalizou-se um pouco por todo o país.

O que constatamos hoje, porém, é que esse uso é ainda muito insuficiente e quase sempre feito de forma inadequada. Em muitos casos, o respeito pelo uso da máscara não resulta da consciência, mas do medo de ser surpreendido pelas autoridades.

Estas formas de desleixo não podem ser mais toleradas. Na realidade, o que estamos a assistir agora em Moçambique é uma tendência generalizada de agravamento da COVID-19.

De facto, volvidos trinta dias após a segunda prorrogação do Estado de Emergência, o cenário da COVID-19 em Moçambique é bastante preocupante.

Os últimos dias deste mês de Junho foram extremamente marcantes, porque tivemos um registo recorde de casos da COVID-19, abrangendo maioritariamente jovens e adultos. Foi também neste período que registámos uma evolução de casos de

infecção no seio de profissionais de saúde, perfazendo até hoje um total de 91, 22 dos quais estão recuperados.

O que sucede hoje é que não apenas temos mais casos, mas também está a aumentar a velocidade de transmissão da doença. Até à primeira semana de Junho, o país duplicava os casos a cada 12 dias. Hoje, em finais de Junho, o número de dias para atingir a duplicação de casos é de 21 dias. Este cenário faz com que Moçambique esteja entre os 50 países do Mundo com os piores tempos de duplicação do número de casos.

Confirmam-se, pois, no nosso país todos os indícios de que a doença se está a agravar na sua intensidade, a expandir geograficamente e a registar uma maior taxa de positividade nos testes realizados.

Durante este último período, registamos outros fenómenos paralelos que nos obrigam a pensar com maior preocupação sobre a pandemia, designadamente:

- i. Acompanhamos os episódios de estigmatização de pessoas;
- ii. Registamos um incremento de casos de violência doméstica, em particular sobre a mulher e a criança;
- iii. Testemunhámos o repatriamento de compatriotas nossos nas fronteiras com a África do Sul e Eswatini, por tentativas de emigração ilegal, violando as medidas de prevenção decretadas no nosso país e nos países irmãos;
- iv. Notamos, que os corredores rodoviários, em particular o Corredor da Beira, se estão a tornar em focos de propagação da pandemia;
- v. Assistimos à transição do padrão de transmissão por focos para uma transmissão comunitária nas cidades de Nampula e Pemba; e
- vi. Notamos, igualmente, um crescente número de distritos do nosso país onde começam a ser detectados casos da doença, indicando um alastramento geográfico da epidemia, o que poderá dificultar a resposta nacional.

Como resultado das medidas de restrição a nível nacional e internacional, a nossa economia foi gravemente prejudicada. A exemplo do que sucede nos restantes países, a pandemia causou uma grande contracção de todos os sectores económicos reduzindo os níveis de consumo, investimentos e exportações. Não escapamos à tendência global que se abate sobre os níveis de emprego, sobre a vitalidade das pequenas, médias e mesmo sobre as empresas de vulto.

Por isso, hoje mais do que nunca, precisamos de reformular, cautelosamente, as nossas medidas de prevenção. Precisamos de evitar a propagação da COVID-19. Mas precisamos também de evitar o colapso da nossa economia. Devemo-nos preparar para, de forma pro-activa, enfrentar o período que seguirá à presente pandemia.

Moçambicanas e Moçambicanos,

O quadro apresentado mostra que o nosso país está a transitar da fase de transmissão por focos para uma fase de transmissão comunitária. Cidades como as de Nampula e Pemba já vivem esta situação. As cidades de Maputo e Matola estão em risco de que esta transição aconteça.

No entanto, ainda podemos evitar que se agravem estes padrões de transmissão da doença. Existe ainda uma janela de esperança de não atingirmos a transmissão comunitária generalizada. Essa janela é estreita. Mas se formos eficientes e disciplinados, ainda temos uma oportunidade de desacelerar o ritmo de contaminação.

Por outras palavras, podemos fazer com que a infecção comunitária atinja apenas regiões localizadas do nosso país. Para que isso aconteça é preciso que cada comunidade, cada povoação, cada localidade, cada posto administrativo, cada distrito, cada autarquia, cada cidade e cada província, respeite as medidas já decretadas!

O que temos que fazer? Teremos que ser uma Nação unida no esforço e na consciência de que estamos a enfrentar uma situação que não é ligeira, nem é passageira.

Teremos que reduzir a mobilidade, teremos que intensificar o uso correcto da máscara ou viseira, teremos que manter o distanciamento físico e social e lavar frequentemente as mãos com água e sabão.

Precisamos de todas as cidadãs e de todos os cidadãos, precisamos dos partidos políticos, precisamos das confissões religiosas, da sociedade civil, dos artistas e dos desportistas. Precisamos de Moçambique. Precisamos de estar juntos. Precisamos de ser um único exército nesta luta contra a pandemia.

Moçambicanas e Moçambicanos,

Compatriotas,

Agora que chegamos ao fim da segunda prorrogação do Estado de Emergência temos que pensar com ponderação sobre as medidas a adoptar no futuro imediato. As decisões que tomarmos não podem estar dissociadas do contexto mundial em que esta doença se manifesta.

Em muitos países da Europa, Ásia e América, a pandemia já atingiu o pico, registando agora uma fase descendente. Porém, não existem certezas, se novos surtos não poderão surgir obrigando à reintrodução de um confinamento mais rigoroso.

No continente africano, a pandemia começa a entrar para a fase de aceleração, mas sem ainda atingir o pico, com um registo global de um número cumulativo de 371 mil e 548 casos e 9 mil e 484 mortes.

Na SADC, os nossos vizinhos da África do Sul, Malawi e Zâmbia, registam cumulativamente 127 mil e 126 casos. Destes, 124 mil e 590 casos, referem-se à África do Sul, país com o qual partilhamos uma vasta fronteira terrestre.

Por sua vez, o nosso país regista um total de 859 casos positivos registados, sendo 786 de transmissão local e 73 importados. Destes, 228 pacientes estão totalmente recuperados e, infelizmente, 7 cidadãos perderam a vida, sendo 5 óbitos devidos à COVID-19 e 2 óbitos por outras causas.

Verificamos, por outro lado, que apesar dos esforços da comunidade científica global não existem medicamentos ou vacinas para o novo coronavírus.

Contrariamente à noção inicial de uma epidemia de curta duração, a experiência que vivemos actualmente indica que teremos que conviver com a COVID-19 por muito tempo.

Num clima marcado por incertezas, é extremamente difícil definir caminhos duradouros e ter toda a segurança na justeza das escolhas. Mas há certezas que temos. E nós estamos certos de que a prevenção continua a ser o nosso único caminho. Estamos certos de que é preciso corrigir o desleixo e o desrespeito na implementação das medidas já traçadas. E estamos certos de que é crucial alcançar um balanço justo entre a economia e saúde.

Compatriotas,

Com base na reflexão efectuada sobre o contexto complexo da pandemia e das suas implicações sociais e económicas no nosso país;

Com base nas recomendações pela Comissão Técnico-Científica para Prevenção e Resposta à Pandemia da COVID-19;

Tendo sido aconselhado pelos órgãos de consulta do Presidente consagrados na Constituição da República, designadamente, o Conselho de Estado e o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, entre relaxar, manter ou agravar, DECIDI:

Prorrogar, pela terceira vez, o Estado de Emergência, por mais 30 dias, em todo o território nacional, com início às 0 horas do dia 30 de Junho de 2020 e término às 23h59 do dia 29 de Julho.

No quadro de procura de uma nova normalidade para o nosso país, o Governo decidiu ainda pela adequação de algumas medidas restritivas.

O processo de adequação dessas medidas será gradual, precedido por acções de reforço do sistema de saúde e por um conjunto de mecanismos de monitoria e avaliação.

Acima de tudo, queremos deixar claro que a redução de algumas medidas restritivas poderá ser revertidas em função da evolução da pandemia no nosso país.

Decidimos, pois, manter o nível 3 e adequar, de forma faseada, algumas medidas com impacto na economia do país, permitindo que alguns sectores de actividades possam funcionar.

A abertura deve ser feita com observância estrita das medidas de prevenção que são do domínio público e mediante o cumprimento de protocolos a definir pelas autoridades sanitárias.

Assim:

Na Educação

1. Retoma faseada das aulas presenciais no ensino primário e secundário

A retoma das aulas no ensino primário e secundário decorrerá em três fases, a serem anunciadas dentro de dias, designadamente:

-1ª fase - 12ª classe e Formação de Professores 10ª+1 e 10ª+3;

-2ª fase - 10ª e 7ª classes e 3º ano de Educação de Adultos; e

-3ª fase - 1ª a 6ª classes, da 8ª, 9ª e 11ª classes, Alfabetização e Formação de Professores.

A retoma das actividades deverá ser feita a nível nacional.

Contudo, dependendo da situação epidemiológica ou da capacidade de cumprir

com as medidas de prevenção recomendadas, algumas escolas ou regiões do país poderão iniciar as suas actividades presenciais mais tarde.

2. Retoma das aulas no ensino superior, profissional e técnico-profissional

Neste nível de ensino, o reinício compreenderá duas fases. A primeira incidirá sobre os dois últimos anos de cada curso, quando aplicável e a segunda fase vai abranger todos os outros anos.

Para que a reabertura seja segura, todas as instituições do ensino superior, profissional e técnico profissional deverão implementar as medidas de prevenção da COVID-19 e um conjunto de medidas específicas que serão oportunamente anunciadas pelo Governo.

Na Saúde

3. Cuidados nas unidades sanitárias e locais de transmissão comunitária

As autoridades sanitárias devem reforçar a divulgação da redução de visitas a cidadãos internados nos estabelecimentos hospitalares, ao máximo de duas pessoas por dia, por cada doente, bem como a proibição de visita aos doentes com COVID-19.

Devem, ainda, fortalecer as medidas de prevenção, testagem, rastreio e quarentena nos locais com perfil de transmissão comunitária.

Reforçar a protecção dos profissionais de saúde, das Forças de Defesa e Segurança e dos prestadores de serviços de assistência sanitária.

No Trabalho e Emprego

4. Abertura para a entrada de especialistas, gestores e investidores no país

Cientes da necessidade de especialistas, gestores e investidores para dinamizar o turismo e negócios, estimulando o desenvolvimento do país, vamos autorizar voos com os países seleccionados, em regime de reciprocidade.

Na Indústria e Comércio

5. Mercados

As autoridades locais (Presidentes e Vereadores dos Municípios e Administradores Distritais e Chefes de Postos Administrativos), devem prosseguir com as medidas de reorganização dos mercados, criando mecanismos para manter a distância mínima de 1,5 metros entre os vendedores e entre estes e os clientes.

Devem, igualmente, melhorar as condições de saneamento nos mercados de modo a prover condições que permitam o cumprimento das medidas de prevenção da COVID-19 e de outras doenças infecto-contagiosas.

Transportes e Comunicações

6. Reforçar o controlo dos motoristas de transportes colectivos de passageiros e de carga de longo curso

As autoridades fronteiriças e sanitárias devem reforçar as medidas de controle dos transportadores e motoristas que entram no país no âmbito do comércio transfronteiriço, impondo que os mesmos usem máscaras ou viseiras, e sejam sujeitos a acções de despiste, incluindo medição da temperatura e testagem quando aplicável.

Por outro lado, e para garantir a sanidade dos funcionários e utentes dos balcões de atendimento dos postos fronteiriços, estes devem ser regularmente higienizados.

Transportes colectivos de passageiros, pessoas e bens

Reforçar a aplicação rigorosa das regras já definidas pelos transportadores e pelos passageiros, de forma a pôr cobro às violações ainda praticadas.

Assim, instamos às autoridades locais e à Polícia de Trânsito, a procederem a uma fiscalização mais activa das medidas de higienização das viaturas e de respeito pela lotação autorizada das viaturas de transporte colectivo de passageiros.

No Desporto

7. Prática de actividade física

Mantém-se a proibição de abertura dos ginásios e da prática de modalidades colectivas, incluindo os treinos colectivos das selecções nacionais.

Está, contudo, autorizada a prática de actividade física ao ar livre de forma individual, cumprindo com o distanciamento físico, bem como o treinamento das selecções nacionais de alto rendimento com compromissos internacionais.

Na Cultura e Turismo

8. Eventos culturais

Doravante, é permitida a abertura de espaços culturais como museus e galerias com a lotação limitada que permita distanciamento físico de 2 metros entre os visitantes.

Mantem-se a proibição de espectáculos e o encerramento dos cinemas e teatros.

9. Restaurantes

Os restaurantes que contêm a componente de bar podem abrir a componente de restaurante, mas devem manter a componente de bar encerrada e observar o horário de encerramento estabelecido.

Medidas de protecção individual

As medidas de prevenção e de protecção individual são decisivas no combate a esta pandemia. Todavia, constatámos que muitos cidadãos ainda não sabem como, quando e porquê usar a máscara.

Assim, recomendamos às autoridades locais para um maior envolvimento na sensibilização e educação da população, bem como na fiscalização do uso de máscaras nos locais de aglomeração como mercados, vias públicas, transportes públicos, paragens e outros.

Interdição da realização de cultos e celebrações religiosas

Tendo presente as últimas evidências científicas que dão conta de que os locais de maior risco de transmissão da COVID-19 são os espaços fechados, que incluem os locais de culto, entendemos ser prematuro a realização de cultos e celebrações religiosas colectivas.

Entretanto, e em articulação com as instituições religiosas, avaliaremos progressivamente as condições adequadas para a reabertura dos locais de culto em condições de rigorosa segurança sanitária.

Decidimos ainda:

Funcionamento das instituições públicas e privadas

Aumentar de um terço para uma quantidade não superior a metade, o efectivo laboral presencial das equipas de serviço, de 15 em 15 dias, podendo este período ser ajustado em função da natureza e interesse público das actividades.

Para o efeito, as instituições deverão analisar, caso a caso, se existem condições objectivas para manter o distanciamento mínimo recomendado e demais medidas de prevenção.

Estabelecimentos penitenciários

As autoridades penitenciárias devem intensificar as medidas de higiene individual e colectiva nos estabelecimentos penitenciários, bem como a assistência sanitária em caso de necessidade.

Devem ainda reforçar o uso de máscaras no seio da população penitenciária.

Mantem-se a proibição de visitas aos internos.

Validade de documentos

Os documentos oficiais e de viagem que tenham caducado no decurso do Estado de Emergência, bem assim os vistos emitidos, mantem-se válidos até ao dia 30 de Setembro de 2020.

Compatriotas,

A operacionalização das medidas que acabámos de anunciar, será feita em articulação com o Ministério da Saúde, sempre que assim se justificar.

Tomamos esta ocasião para apelar a todos os compatriotas para que denunciem todos os casos de desrespeito pela quarentena, recorrendo às linhas da COVID-19 *call center* e às estruturas locais.

Antes de terminar, quero dirigir uma palavra de apreço aos profissionais de saúde que tem mostrado uma dedicação sem igual. Em todos os cantos deste vasto país, os nossos médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório, serventes e tantos outros quadros deste sector não têm poupado esforços para cumprir a sua nobre missão que é salvar vidas!

Como Nação, é nosso dever honrar estes nossos heróis, que estão na linha da frente, adoptando comportamentos sociais apropriados e obedecendo aos protocolos estabelecidos nas unidades sanitárias para reduzir a sua exposição e do pessoal de apoio à COVID-19.

Cada um de nós, deve assumir-se como educador na sua comunidade na luta contra o estigma, a discriminação e a violência dirigida às pessoas infectadas e afectadas pela COVID-19.

Vamos incrementar o nosso apoio, dando atenção especial aos grupos mais vulneráveis na sociedade como os idosos, pessoas com deficiência e aqueles que, neste momento, se encontram numa situação de deslocados por causa da acção terrorista em Cabo Delgado.

O nosso apelo é no sentido de redobramos as acções de vigilância a todo o momento e em toda a extensão do território nacional.

Reiteramos que este reforço da fiscalização, em particular por parte dos agentes da lei e ordem, deve ser em estrito cumprimento da Lei.

Nesta fase, à semelhança do momento em que declaramos o Estado de Emergência, esperamos de todos os cidadãos uma postura ordeira e cumpridora, sob pena de a violação e o aumento exponencial dos casos, conduzirem a efeitos nefastos em toda a sociedade.

Como governo, iremos reforçar a nossa capacidade de resposta, aumentando a nossa capacidade de testagem, rastreamento dos suspeitos e fornecimento de equipamento de protecção pessoal para os profissionais de saúde.

Exortámos as autoridades e lideranças locais, pais e encarregados da educação, em particular, para uma maior colaboração com as autoridades de fiscalização da implementação das medidas.

Estamos certos de que nenhuma moçambicana e nenhum moçambicano se colocam à margem desta luta que é feita em nome da vida, em nome do nosso futuro comum. Moçambique é conhecido pela solidariedade do seu povo. Esse gesto cívico e solidário fez com que superássemos guerras e intempéries. Uma vez mais os moçambicanos irão mostrar à história que são capazes de vencer. Vamos vencer esta pandemia.

Muito Obrigado pela Atenção Dispensada!